

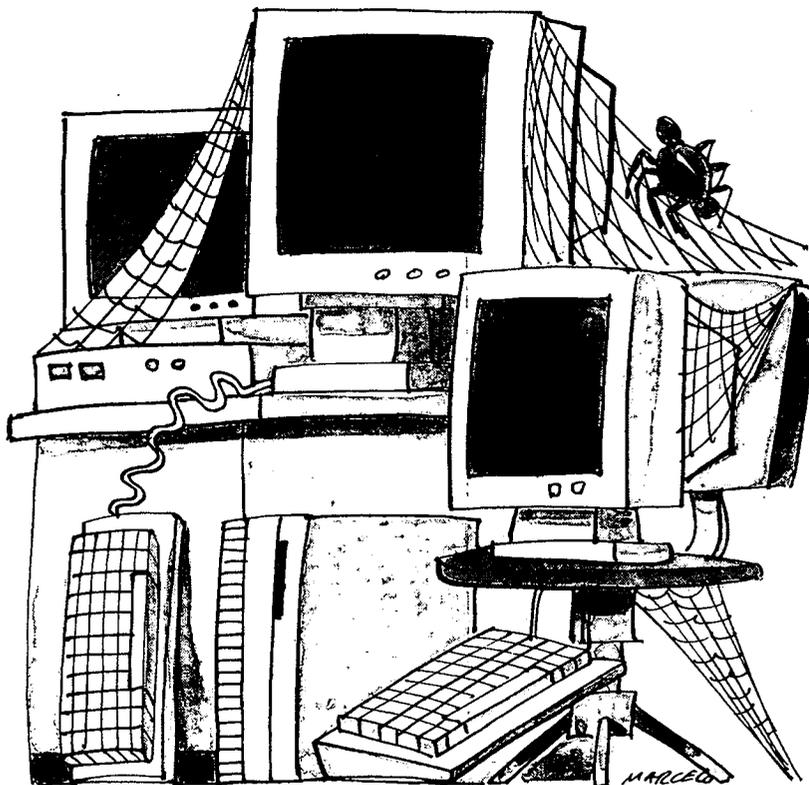
FNS comprou computadores que não usa

REGINA ELEUTÉRIO

Na véspera dos festejos de fim de ano de 1992, a Fundação Nacional de Saúde no Rio (FNS-RJ) comprou 86 computadores (entre micros e de grande porte), 89 impressoras — sendo dez delas a laser — e 30 leitoras óticas. A compra, no valor total de Cr\$ 4,4 bilhões (cerca de US\$ 367 mil), é mais uma demonstração de falta de planejamento e mau aproveitamento de recursos públicos. Um ano e meio após a aquisição, os computadores não atenderam ao objetivo da FNS-RJ, que era informatizar o serviço dos agentes sanitários. Motivo: faltou dinheiro para comprar os formulários (tipo volantes de loteria) que os guardas teriam que preencher.

As dez impressoras a laser jamais foram usadas pela FNS. O coordenador regional da época, Glauber Vianna, disse que elas foram adquiridas para o Datasus, órgão do qual é diretor hoje. Ele confirmou que o Datasus tinha orçamento próprio — e poderia, portanto, ter feito a compra —, mas explicou que, como coordenador regional, era também gestor do Datasus e os dois órgãos recebiam recursos da mesma fonte: a FNS.

— A idéia era informatizar o serviço de combate à dengue para ter um controle diário do índice de infestação e do andamento dos trabalhos. Hoje, essa estatística leva quase seis meses para ficar pronta, o que prejudica as avaliações técnicas sobre a doença — disse Vianna.



Indagado por que não comprou os volantes juntamente com os computadores, ele disse que não teria recursos para as duas coisas. A consequência foi que, apesar dos computadores, a estatística continuou sendo feita como antes. Até hoje, a maioria dos computadores da FNS não é usada, assim como as 30 leitoras óticas e as impressoras que não são a laser. A compra é do dia 30 de dezembro, com pagamento no exercício seguinte.

Entre os computadores, pelo menos 59 eram micros 386-DX, com garantia de um ano, e havia pelo menos um computador 486,

com placa controladora inteligente para conexão a 32 terminais. Foram adquiridas 79 impressoras matriciais com impressão bidirecional.

● **ASSINATURA** — A FNS provou ontem que, embora completamente diferentes, são verdadeiras as duas assinaturas de Roberto da Silveira Gomes, que atesta o recebimento de larvicida Temefós em notas fiscais da Brasvit. Roberto mostrou sua carteira de identidade, cuja assinatura é igual à da nota fiscal 16855, e um cartão bancário, com assinatura igual à da nota 16858.

Auditoria constata desvio de combustível

De julho a outubro de 1992, foram desviados Cr\$ 248,9 milhões (cerca de US\$ 35 mil) da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Rio, através de irregularidades no fornecimento de combustível pelo Posto Aconchego do Velho Ltda. O desvio, com envolvimento de funcionários, foi constatado por auditores da Fundação em janeiro de 1993.

Na ocasião, foi aberto processo administrativo para apurar o envolvimento de funcionários no desvio do dinheiro. Sete meses depois de instaurado o processo, ele ainda estava sem parecer da Assessoria Jurídica da Coordenação e nenhuma denúncia tinha sido oferecida ao Ministério Público Federal. Segundo os auditores, isso deveria ter sido feito para assegurar a adoção das medidas legais cabíveis.

O deputado Francisco Silva (PP-RJ), que no mês passado entregou ao ministro da Saúde, Henrique Santillo, um dossiê com denúncias sobre a FNS, afirmou que o processo administrativo está desaparecido, pois aponta o envolvimento de funcionários de confiança da Coordenação.

— A Fundação só tem sido rápida ao punir pessoas que não são do seu grupo. Quando se trata de irregularidades bem mais antigas, como essa do desvio de combustível e outras que denunciei, não há tanta pressa em punir os responsáveis — disse o deputado.

Funcionário trabalhava para deputado

Auditores da Fundação Nacional de Saúde constataram que a Associação Filantrópica Educacional Santa Bernadete contratou um funcionário que, apesar de lotado na Assessoria Jurídica, trabalhava, na verdade, para o deputado Francisco Silva (PP-RJ). A informação é do Ministério da Saúde, ressaltando que a auditoria encontrou outras irregularidades, ocorridas no pri-

meiro semestre. Segundo os auditores, Paulo Roberto Sofia Marques nunca apareceu na Assessoria Jurídica, mas tinha sua frequência atestada pelo chefe.

Para o presidente da FNS, Álvaro Machado, o deputado — do partido do ministro — só denunciou irregularidades na FNS porque as pessoas que indicara, tinham sido afastadas.